



# o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 180 / MARÇO-ABRIL 2017 / WWW.STML.PT



## DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 6 **Cadernos Reivindicativos na CML: Limpeza Urbana e Espaços Verdes**
- 7 **Grupo de trabalho STML/CML sobre profissões de desgaste rápido**
- 14 **Campanha contra a Precariedade em Lisboa**
- 15 **Dia Internacional da Mulher Trabalhadora**
- 16 **Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores a 28 de Março!**
- 18 **8.ª Conferência Nacional da Inter-Reformados (IR) / CGTP-IN**
- 19 **Apesar dos sinais positivos, é preciso ir mais além!**



## o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 180 / MARÇO-ABRIL 2017

**WWW.STML.PT**

**Diretor** Vítor Reis **Corpo Redatorial** Luís Dias, Nuno Almeida, Tiago Lopes, José Malhadas, Henrique Bastos

### Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

### Administração e Redação

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

**Telefones** 218 885 430/5/8

**Periodicidade** Bimestral

**Distribuição** Gratuita aos Sócios do Sindicato

**Tiragem** 4.000 exemplares

**Número de Identificação Fiscal** 500 850 194

**Depósito Legal** 17.274/87

Este boletim está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico

### PROTOCOLOS STML

#### INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

#### BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

#### TURISMO

Campiférias

Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

#### TELECOMUNICAÇÕES

NOS

Vodafone

#### OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

### EDITORIAL

Os primeiros meses deste ano e os que se seguem no plano imediato foram e estão carregados de importantes acontecimentos, quer para a vida e luta dos trabalhadores do município, quer para o próprio Sindicato.

Destacamos a **Campanha contra a Precariedade** que de 20 de Fevereiro a 3 de Março foi intensificada na Juntas de Freguesia dos Olivais, Santa Clara, Benfica, Santa Maria Maior, Penha de França, Arroios e Belém. **Dia 17 de Março, a partir das 14h30 terá lugar a Tribuna Pública na Praça do Município** onde o cancro crescente dos vínculos precários na cidade de Lisboa será denunciado, não apenas nas freguesias, mas também na Câmara Municipal e nas Empresas Municipais. Como muitas vezes afirmamos, a nossa vida não pode estar estruturada a prazo, sem perspetivas de estabilidade e futuro.

Neste mês temos também as comemorações, sempre em luta, do **Dia Internacional da Mulher Trabalhadora a 8 de Março**, com a realização da iniciativa promovida pelo STML no Teatro Municipal São Luíz. **A 11 de Março**, apelamos à participação de todas e todos os trabalhadores na **manifestação nacional** que se realizará a partir das 15h00 no Rossio.

A **28 de Março**, enfatizamos a importância em participar na jornada de luta do **Dia Nacional da Juventude Trabalhadora** com concentração às 15h00 na Praça da Figueira. A precariedade é transversal a todas as idades, mas afeta especialmente os mais jovens que procuram alicerçar a sua vida com o mínimo de coerência e consistência e são impedidos porque não sabem como será o dia de amanhã, alvo de sobre exploração, empurrados para um futuro incerto.

A **6 de Abril, o STML comemora a data da sua fundação**. São 40 anos de luta, resistência, sempre com a força de quem trabalha. As comemorações destas quatro décadas de existência, a realizar na Assembleia Municipal de Lisboa, envolverão, exclusivamente, os associados do sindicato, sem os quais hoje simplesmente, não existiríamos. É com eles e com todos que a nós se juntam, todos os dias, todos os meses, que caminharemos com confiança e determinação para as próximas décadas. Sempre com a convicção que unidos e organizados somos e seremos sempre mais fortes e consequentes.

Também em Abril se marca o **43º aniversário da Revolução de Abril**, marco histórico que nos abriu as portas da liberdade, do pluralismo e da democracia. Muito falta ainda por conquistar, mas cá estamos como sempre estivemos, procurando dar mais um passo em frente.

Na realidade própria do **Município de Lisboa**, realçamos o início dos plenários com os trabalhadores da DMHU, face à proposta do Executivo para a criação dos Serviços Municipalizados de Lisboa. Processo que será determinado pela vontade de todos, depois de esclarecidas todas as dúvidas e incertezas. O ritmo deste processo dependerá, assim, da capacidade de percebermos o que está de facto em 'cima da mesa'.

Nas **Juntas de Freguesia**, continuamos a acompanhar e a exigir a resolução dos muitos problemas já identificados e sintetizados nos respetivos Cadernos Reivindicativos. Noutras, com maiores obstáculos, não deixaremos contudo de defender os trabalhadores quando os seus direitos são desprezados ou simplesmente ignorados.

No universo das **Empresas Municipais**, valorizamos o desenvolvimento positivo das negociações do AE com a **GEBALIS**. Tudo indica que, a partir de 1 de Abril, seja adotado o horário das 35 horas semanais, materializando uma exigência totalmente legítima de trabalhadores e sindicatos (STML e STAL). Na **EGEAC**, observa-se pela negativa imposições arbitrárias (como no Castelo de São Jorge), além de um silêncio por parte do CA aos pedidos de reunião e esclarecimentos do STML. Uma postura que não nos deixará outro caminho que não passe pela discussão com os trabalhadores de formas de luta concretas que, no tempo e no espaço oportuno, contribuam para a resolução dos seus problemas.

Teremos por último a luta do **1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador**, no que poderá vir a ser uma grande oportunidade para exigir a melhoria dos salários, o descongelamento das carreiras, re- por direitos usurpados e revogar tudo o que de nefasto ainda persiste. Seja essa a vontade de todos, porque a luta a todos diz respeito.



## 40.º Aniversário do STML - 1977/2017

Durante este ano o Sindicato comemora os seus quarenta anos de existência. Fundado a 6 de Abril de 1977, por iniciativa dos trabalhadores do município de Lisboa, conseguiu importantes vitórias cujo alcance se repercutiu inclusivamente por toda a administração pública.

Do livre exercício do direito à greve, como a realizada em 1978 onde as faltas injustificadas marcaram a postura do então Executivo da CML perante as justas reivindicações dos trabalhadores, retiradas dois anos depois perante a determinação do Sindicato em sede judicial.

Também em 1978, foi pela iniciativa do STML (então STCML) que se iniciou a campanha de alfabetização face à realidade que marcava a vida de muitos trabalhadores, afastados do direito à educação durante a ditadura fascista que se impôs no nosso país ao longo de 48 anos.

Em 1979 destacamos a regularização dos trabalhadores com vínculo precário que, com denominações diferentes das que conhecemos hoje, não deixavam de revelar as mesmas consequências para quem se encontrava nessa situação. Referimo-nos aos “assalariados, eventuais, assalariado eventual (trabalho ao dia), interinos; eventualíssimos, trabalhadores ao serviço de escrita e tarefeiros” que foram integrados no quadro de pessoal da autarquia depois de anos a fio numa condição de insegurança e instabilidade profissional cujos impactos eram também evidentes na vida pessoal e familiar de cada um. Uma luta que, como todos sabemos, continua 40 anos depois, agora em torno dos falsos recibos-verdes (CPS), estágios profissionais não remunerados, contratos sazonais e a termo ou o uso e abuso dos contratos emprego-inserção (CEI).

No mesmo ano, 1979, foi na realidade laboral do município que se inicia a luta pela definição dos perfis profissionais tendo

o STML um papel destacadíssimo neste processo. Os resultados alcançados são de tal ordem positivos, que são aplicados não só na CML, mas faseadamente em toda a Administração Pública.

Neste período também se destacam as Festas de Natal promovidas pelo Sindicato (no Pavilhão Carlos Lopes), que a CML viria também a adotar como prática corrente nos anos subsequentes. Foi também pelo dinamismo do STML que o direito à formação profissional ganha força, promovendo nas suas instalações os primeiros cursos em 1981. Iniciativa que constringe a autarquia, obrigando-a assumir também esta vertente como uma responsabilidade sua. Hoje até temos o “plano anual de formação”...

Nos anos de 1982/83 é o STML que propõe um “Novo Sistema Retributivo”, que incluía por exemplo as diuturnidades (substituindo as antiquadas e ultrapassadas “Letras”). É também por iniciativa do Sindicato que se avança numa proposta de “Tabela Remuneratória”. Em 1989, o Governo assume parte destas propostas que aplica em toda a Administração Pública. Atualmente, como comparação, refere-se a Tabela Remuneratória Única.

A partir de 1985 inicia-se a luta pelo direito à organização e informação sindical no Regimento de Sapadores Bombeiros, com a vitória a ser alcançada seis anos depois.

Não podemos esquecer a criação em 1987 depois de intensas lutas do subsídio de insalubridade, risco e penosidade que ainda hoje se mantêm como uma conquista ímpar dos trabalhadores do município de Lisboa.

Muitos outros registos merecedores de referência serão destacados nas próximas edições do nosso jornal, mas mais importante do que relembrar conquistas, é destacar o papel que a união e a luta dos trabalhadores têm na melhoria das suas condições de trabalho e de vida. Uma conclusão sempre atual face às lutas que temos que travar pelos nossos direitos, interesses e expectativas.

Em Abril, todos os associados do STML terão uma oportunidade para celebrar o aniversário do Seu Sindicato. Oportunamente, daremos informação sobre as atividades que neste momento ainda se constroem.



## Eleições para os Corpos Gerentes do STML

A 31 de Maio, realizar-se-ão as eleições para os Corpos Gerentes do STML, iniciando-se o ato eleitoral na noite anterior (dia 30).

Considerando a importância deste momento, é imprescindível a participação de todos os associados. Trata-se de uma eleição que determi-

nará nos próximos 4 anos a estratégia e a forma de ação sindical a desenvolver face ao que são os processos reivindicativos dos trabalhadores do Município de Lisboa.

Desde a constituição do Sindicato, há 40 anos, é indismensurável a marca que coloca os direitos e os interesses dos trabalhadores na primeira linha da nossa atuação. Uma postura que representa todos os trabalhadores independentemente da sua carreira, categoria ou setor profissional, façam parte do Mapa de Pessoal da CML, das Juntas ou Empresas Municipais.

Os últimos 4 anos foram tempos conturbados para os trabalhadores do município. Enfrentamos uma reestruturação e duas

reorganizações de Serviços. Realidades sempre associadas à intenção, disfarçada ou não da sua externalização. Foi evidente a redução de pessoal na CML. Dos processos mais conturbados, a Reorganização Administrativa da Cidade, com a redução do número de Freguesias e a transferência de várias competências municipais, às quais se seguiram equipamentos e os respetivos trabalhadores.

A Direcção do STML esteve desde o primeiro momento contra este processo, lutando pela defesa do serviço público municipal e procurando simultaneamente salvaguardar os direitos dos trabalhadores que foram transferidos para as Juntas de Freguesia. Um processo de luta que se mantêm ainda hoje, passados três anos da sua concretização.

Acompanhamos os processos que envolvem a realidade das empresas municipais, destacando a EGEAC e as negociações que decorrem em torno da celebração de um Acordo de Empresa com a GEBALIS.

Por tudo e muito mais que poderia ser lembrado, será imprescindível nas eleições de Maio eleger um novo coletivo para a Direcção do Sindicato. Mais forte, organizado e consequente, prosseguindo o caminho que marcou e marca a História do STML. Sempre ao lado e com a força de quem trabalha.



## A mobilidade intercategorias em retrospectiva

**No dia 10 Junho de 2014, numa das várias reuniões tidas com o Executivo Camarário, o tema da mobilidade intercarreiras/intercategorias foi abordado. O intuito era o de ver esclarecido os contornos jurídicos para o eventual pagamento do vencimento de função das chefias do RSB que se encontravam nomeadas por ordem de serviço.**

Foi já em Dezembro de 2014, mais precisamente a dia 10, que é finalmente assumido o compromisso de dar início em Janeiro de 2015, à formação necessária no sentido de satisfazer o processo da mobilidade intercategorias e futuros procedimentos concursais na carreira. Ficando acordado que, quem desempenhava funções nos postos superiores, seria pago de acordo com essa mesma função.

Até aqui, e à medida que íamos informando os bombeiros deste desenvolvimentos, não houve quaisquer celeumas, tudo indicava que seria um procedimento rápido e fácil. Mas eis que as complicações começavam a aparecer e eram de várias ordens: desde os horários para a formação; quais os elementos que estariam abrangidos; os profetas da desgraça, os mesmos de sempre, a contaminarem todo o processo, umas vezes afirmando que “não tinha pernas para avançar”, outras que “era ilegal”, ora concordando ora não.

Houve efetivamente falhas a vários níveis, tanto dos responsáveis políticos, imiscuindo-se nas necessidades operacionais, como do Comando do RSB, que foi permitindo a uma vasta “cliente” a oportunidade de ser colocada em mobilidade, sem que o serviço disso tivesse necessidade e mesmo a elementos que por motivos, legalmente justificáveis, estavam “fora” do Regimento.

Conduziu também a dificuldades operacionais, com o aumento de elementos graduados, viu-se reduzido o número de bombeiros sem patente, o que se traduziu numa diminuição das possibilidades de seleção dos bombeiros para guarnecerem as

viaturas de socorro e reduzindo a capacidade de rotatividade de outros serviços internos.

Importa reforçar que o despoletar do processo da mobilidade por parte do STML, teve sempre como único objetivo que a CML confirmasse a necessidade da abertura dos concursos de promoção, aos quais nunca deu a devida importância escudando-se no impedimento legal que os impossibilitava.

Em finais de 2016, antes da aprovação do OE de 2017, após reuniões com os vários grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, conseguiu-se o compromisso para apresentação de propostas de alteração ao OE, que viriam a possibilitar os concursos de promoção.

Infelizmente o PS, à última hora, não só não apresentou a proposta que tinha enviado para o STML, em ofício, como votou contra as propostas do BE e do PEV, impossibilitando uma vez mais que no RSB se colmassem as necessidades hierárquicas, com a abertura dos concursos de promoção.

Restou como única possibilidade o recurso a uma proposta de alteração ao OE, apresentada pelo PCP, onde constava a possibilidade de consolidação das mobilidades intercarreiras/intercategorias.

E mais uma vez foi confrontado o Executivo Camarário, com esta nova possibilidade de passagem a definitivo dos elementos em mobilidade, ou seja efetivar-se a consolidação. Como seria de esperar voltou a criar alguma agitação e por iniciativa do Comando do Regimento constituiu-se um “grupo de trabalho” com o objetivo de definirem os critérios para a consolidação.

Concordando-se ou não com a forma como todo o processo da mobilidade foi conduzido, e da forma como irá ser concluída a consolidação, é um facto indelével, que o objetivo inicial que levou à mobilidade – Promoções no Regimento – foi alcançado.



## Comissão da Limpeza Urbana

**Durante o mês de Março a CLU estará em várias iniciativas, bastante importantes, nomeadamente no dia 8 de Março, comemorando em luta o Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras no plenário que se realiza no Teatro de São Luís. Desde já saudamos todas as mulheres trabalhadoras do município.**

Iremos estar no dia 17 de Março, na Tribuna Pública que se realiza nos Paços de Concelho no âmbito da Campanha contra a Precariedade. Iniciativa que procura envolver as realidades das Juntas de Freguesia, Câmara e Empresas Municipais.

Fecharemos o mês de Março, com a participação na Manifestação da Interjovem/CGTP-IN que acontecerá no dia 28 e na qual se assinala o Dia da Juventude Trabalhadora.

Nunca será demais lembrar que contamos com a força e envolvimento de todos, pois só assim conseguiremos ser mais fortes na conquista das nossas reivindicações.

No momento atual, a CLU anda na rua denunciando a horrorosa praga que se instalou no nosso Município e que se alastra pelo país fora. Falamos da “precariedade”, sinónimo de exploração redobrada dos trabalhadores, independentemente do setor profissional a que estejam adstritos. Pois bem, concluímos a “terceira fase” da Campanha contra a Precariedade em várias freguesias, distribuindo comunicados à população, colando cartazes a denunciar que na freguesia existem trabalhadores com vínculos precários. Uma “fase”, nunca encerrando a Campanha propriamente dita, que culminará com a já referida Tribuna Pública, onde se procurará ganhar mais fôlego para as fases seguintes, cujo objetivo passa obrigatoriamente pela regularização de todos os trabalhadores que desempenhem tarefas de carácter permanente com a celebração de contrato de trabalho efetivo.

Tivemos também acção directa na elaboração do Caderno Reivindicativo que no decorrer do mês de Março será discutido

com os trabalhadores da Limpeza Urbana da CML nos plenários a realizar, definindo também com todos, as formas como será apresentado ao Executivo Municipal.

É em Março, depois de quase três anos de luta (que se iniciou pela reivindicação da abertura e conclusão do concurso de admissão de assistentes operacionais, nomeadamente cantoneiros de limpeza), que 250 trabalhadores finalmente tomaram posse, integrando o Mapa de Pessoal do município. Foi com a luta que lá chegámos e é com a luta que chegaremos a muitos mais! Foi com esta mesma persistência que muitos trabalhadores, por enquanto de apenas algumas Juntas de Freguesia, já começam a ser chamados à Medicina de Trabalho.

Foi também o resultado de um longo mas determinado processo reivindicativo, que constatamos a chegada de vários veículos de remoção (mesmo a conta-gotas), além de carrinhas de apoio às Zonas. Tímida e lentamente, assistimos à renovação da frota. Provado fica, mais uma vez, que baixar os braços, ceder à resignação, não é nem nunca será solução à resolução dos nossos problemas.

Por último, não podemos ficar pasmados com a exclusão de muitos colegas nossos do concurso de admissão para cantoneiro (agora concluído) pelo motivo de “excesso de peso” (?!), apesar de terem durante três anos desempenhado ao nosso lado as mesmas funções com profissionalismo e dedicação. A CML descarta agora trabalhadores competentes e responsáveis, situação que nos merece forte repúdio e que não deixaremos de contestar. Todos os trabalhadores que se sintam lesados, devem recorrer ao Gabinete Jurídico do STML de forma a contestar estas decisões que só se compreendem na cabeça de quem as assumiu. E não aceitamos que o Executivo se desresponsabilize do que está a acontecer. Este não é um assunto estritamente do foro médico, é, acima de tudo, uma injustiça que interessa corrigir quanto antes.



## Construção dos Cadernos Reivindicativos na CML: Limpeza Urbana e Espaços Verdes

**O STML tem desenvolvido nos últimos meses a recolha e sistematização dos problemas que afetam os trabalhadores da limpeza urbana e dos jardins. Os Cadernos Reivindicativos setoriais, não excluindo alargar esta prática a outros setores profissionais, são instrumentos de luta de consciencialização e mobilização, mas também de proposta, tendo como objetivos prioritários a resolução dos problemas identificados.**

Depois de concluídos e fechados pela concordância indispensável dos trabalhadores, serão entregues ao Executivo Municipal sobre quem reside o poder efetivo de resolução, havendo, obviamente, vontade política para tal. Em aberto, ficam as formas de entrega e a denúncia pública como caminho adicional de pressão, envolvendo também aqui a comunicação social se assim for decidido por trabalhadores e Sindicato. Em aberto, também, todas as formas de luta que se consideram inadiáveis com vista a criar condições que respondam às respetivas reivindicações.

Se na Limpeza Urbana, a carência de pessoal, instalações sobrelotadas, meios mecânicos insuficientes ou obsoletos, circuitos mal elaborados, arbitrariedades na organização do trabalho e gestão de pessoal, são apenas alguns dos problemas que urge resolver, nos Espaços Verdes, a realidade, infelizmente, não é muito diferente, à qual acresce a ausência de equipamentos de proteção individual e ferramentas adequadas face ao trabalho que é necessário realizar diariamente.

Interessa por tudo o que referimos e muito mais que poderíamos acrescentar, as principais razões que devem motivar os trabalhadores a participar positiva e construtivamente com o Sindicato na elaboração destes Cadernos Reivindicativos, porque são dos seus problemas que abordamos, quer a nível de direitos e condições de trabalho mas também de expectativas, que queremos ver solucionados, e correspondidas respetivamente.

O STML prepara assim um plano de trabalho que implica visitas, plenários e contactos com os trabalhadores da Limpeza Urbana e dos Espaços Verdes. Na capacidade de envolvimento e participação de todos, na capacidade de união e disponibilidade de todos, residirá a nossa menor ou maior capacidade de ação com vista à obtenção de respostas coerentes e consequentes aos nossos problemas.

Não será de todo despropositado lembrar que a força do Sindicato é a força dos trabalhadores organizados e unidos. Bem podemos reunir regularmente com a CML, seja com o Executivo, seja a nível das Direções Municipais. Contudo, os problemas só se resolvem realmente quando os trabalhadores se mobilizam nos processos de luta que lhes dizem respeito. Nos últimos anos, temos vários exemplos que comprovam esta tese. Assim foi com a regularização dos vínculos precários em 2008, com a atualização do RIP em 2010, como as greves de 2013 e de 2014 que procuraram e conseguiram defender importantes direitos além de permitirem obter respostas a antigas reivindicações, não a todas porém. Falta por isso, ainda muito por fazer, conseguir e alcançar.

**Em todos reside esta responsabilidade. Sindicato e trabalhadores, trabalhadores e STML, unidos como os dedos de uma mão. É aqui que reside e sempre residiu a nossa força!**



## Grupo de trabalho entre o STML e a CML sobre profissões de desgaste rápido

**Há vários anos que o STML tem vindo a propor à CML a constituição de um grupo de trabalho que possa analisar, estudar e identificar profissões cujo impacto na vida de quem as executa acarreta um desgaste, físico, psíquico ou ambos, e que por esse motivo justificam medidas especiais de proteção.**

Sabemos de antemão que a regulamentação deste tipo de matérias está sob a alçada da Assembleia da República, mas esta constatação em nada inviabiliza e muito menos contradiz a procura minuciosa, numa realidade, a do município de Lisboa, onde se verificam situações profissionais que, pelos seus objetivos funcionais, transportam “custos” adicionais, alguns irreversíveis, para quem as desempenha.

Ao fim de quase dois anos a propor a constituição deste “grupo de trabalho”, o STML reuniu finalmente a 21 de Fevereiro com a CML, representada pela Direção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) e pelo Diretor do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS).

Procurando neste primeiro debate definir objetivos e metodologias de trabalho, agendou-se para 28 de Março a segunda reunião. Por agora serão recolhidos os dados e elementos estatísticos em torno dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, identificando as carreiras e profissões onde ambas as realidades, distintas e com tratamentos diferenciados, se verificam com maior intensidade.

Por proposta da DMRH, equacionar-se-á o envolvimento de entidades (universidades por exemplo) que produzam estudos com suporte científico que vá de encontro ao que ambicionamos, ou seja, construir uma fundamentação sólida e coerente a apresentar oportunamente aos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República onde esta matéria deverá ser devida e finalmente regulamentada.

Para o STML é incontornável, sobre este assunto, destacar desde logo os setores operacionais, predominantes na administração pública local e nomeadamente a limpeza urbana, mas não só. Será indelével o exercício destas profissões num constante e permanente ambiente de riscos acrescidos que pelo seu impacto psicossocial transporta para a esfera pessoal e familiar dos respetivos trabalhadores problemas adicionais que interessa não desvalorizar e muito menos esquecer.

Se destacamos os setores operacionais, também não menosprezamos os setores administrativos e técnicos que em função das suas especificidades, também fruto da modernização e introdução de novas tecnologias, carregam novos problemas para a saúde física e mental dos trabalhadores que importa identificar, estudar e solucionar.

O STML continuará empenhado em aprofundar este trabalho conjunto com a CML, não aceitando contudo que o mesmo se arraste indefinidamente no tempo. Será pertinente lembrar que nas Propostas Reivindicativas Comuns (PRC), apresentadas a sucessivos governos pelos sindicatos da Administração Pública, organizados na Frente Comum que o STML integra, este é um assunto que esteve sempre presente. Identificar e regulamentar as profissões de desgaste rápido, mesmo aceitando outra denominação que não esta, continua e continuará por esse motivo a ser uma prioridade na e para a ação deste Sindicato.



EGEAC



GEBALIS

**A EGEAC tem Acordo de Empresa (AE) que é para ser respeitado  
A EGEAC não mudou o discurso para os trabalhadores: deixou  
foi de discursar. Não esclarece, nem aos trabalhadores, nem ao  
Sindicato do porquê de não cumprir o AE.**

Incompreensivelmente, mantém os cortes austeros que vigoraram, apenas, até ao final de 2016. Nas várias reuniões que o STML teve com o Concelho de Administração (CA) – anterior e vigente – foram discutidas as diferenças de entendimento sobre matérias, tais como os subsídios de refeição. Na altura, foi-nos transmitido que, independentemente desse entendimento, era com grande pesar que tinham de submeter a aplicação desses cortes. No entanto, com a Lei do Orçamento de Estado (LOE) 2017, nenhum dos cortes anteriormente mencionados se aplicam, e desta feita, não restam dúvidas quanto a esse entendimento. Insensível a isto, parece continuar o CA desta empresa, já que no decorrer do presente ano encontra-se em pleno incumprimento da LOE 2017, promovendo uma contínua redução dos suplementos remuneratórios aos seus trabalhadores, que continuam a ser severa e injustamente prejudicados.

**Trabalhadores do Castelo de São Jorge em greve  
ao trabalho extraordinário**

Ao final de 12 anos a cobrar ingressos para se visitar o Castelo de São Jorge (CSJ) e o aumento sazonal do horário de abertura ao público, entre os meses de Março e Outubro, pela primeira vez o CA desta empresa não aprovou a contratação de trabalhadores para fazer face a este aumento da carga horária. Uma vez mais, pautados por uma política de pouca ou nenhuma transparência às decisões que são tomadas, o CA relegou para os trabalhadores deste equipamento o ónus da responsabilidade de acolher os milhares de turistas através da utilização ilegal, abusiva e desapropriada do trabalho suplementar. Perante tal abuso dos mecanismos de recurso demonstraram também irresponsabilidade, falta de segurança, falta de integridade, qualidade do serviço posta em causa, aliado à falta de consideração pela equipa do Acolhimento Geral do CSJ que é somente o monumento mais visitado em todo o País. Desta forma, não restou outra opção que não fosse o anúncio de um pré-aviso de greve ao trabalho suplementar, forçando o encerramento antecipado deste equipamento.

**Palavras ao vento?**

Várias foram as reuniões em que o STML exigiu o fim da penalização na majoração dos dias de férias aos trabalhadores que exerceram o direito à greve e/ou às mulheres que, por força da natalidade gozam a licença de parentalidade. O nosso entendimento é que em ambos os casos se trata de uma suspensão do contrato de trabalho e como tal não se pode considerar como absentismo nenhuma das situações supra referidas. Perante o cenário de desacordo e ameaça de todas as formas de luta legalmente previstas, e em caso de desacordo total, o STML abriria

uma ação em tribunal contra a EGEAC. Em Junho de 2015, realizou-se uma última reunião para debate e conclusão da negociação subjacente, na qual a Empresa comprometeu-se a cumprir com as reivindicações do Sindicato. Claramente satisfeitos com o acordo almejado, ficou acordado que a EGEAC iria transcrever as propostas elencadas, não havendo motivo para a demora no anúncio de tal comunicado. Espanto para todos quando a EGEAC volta a cortar nos dias de majoração de férias por força destes motivos.

A ausência de consideração do CA motivou o STML a realizar um conjunto de contactos com os trabalhadores durante o mês de Março, com o propósito de debater possíveis caminhos de luta que, de uma vez por todas, nos permita alcançar as respostas aos problemas há muito conhecidos.

**Negociação do Acordo de Empresa (AE) na GEBALIS**

**A 16 de Fevereiro, as Direções dos Sindicatos (STML/STAL)  
voltaram a reunir com o Conselho de Administração (CA) da  
GEBALIS no âmbito das negociações sobre o AE, iniciadas,  
relembramos no segundo semestre do ano passado.**

Nesta reunião registaram-se alguns avanços em matérias onde se evidenciavam algumas divergências. Queremos aqui salientar o esforço das partes envolvidas para chegar ao objectivo pretendido, isto é, a celebração efetiva e o quanto antes possível deste AE.

Como temos vindo a referir, um ponto fundamental destas negociações, também o mais sensível, prende-se com a construção da Tabela Salarial, articulando o enquadramento dos actuais salários e categorias. Relembre-se que ambos os sindicatos entregaram como anexo à proposta de AE, o projecto de Tabela Salarial previamente discutido e aceite pelos trabalhadores. Neste momento aguardamos que o CA nos apresente a sua contraproposta, sobre a qual nos informaram estar em vias de conclusão.

Visto as negociações do AE não estarem a ser tão céleres quanto todos desejaríamos, as Direções Sindicais e o Presidente do CA chegaram ao entendimento para a assinatura de um “compromisso prévio”, tento em vista a plena efetivação da semana de trabalho de 35 horas. Novo horário de trabalho que deverá entrar em vigor a partir do próximo dia 1 de Abril. Esta é sem dúvida uma importante conquista para os trabalhadores, mas também um sinal positivo tendo em vista a celebração do AE.

Sabemos que, naturalmente, não haverá consenso em todos os pontos ainda em discussão com o CA, mas como sempre referimos desde o início deste processo, a última palavra caberá sempre aos trabalhadores. Esperamos poder apresentar o mais breve que nos seja possível, o resultado destas negociações.

Unidade e confiança, entre trabalhadores e sindicatos, são as palavras que nos devem continuar a nortear até ao fim das negociações.



## A realidade que envolve os trabalhadores das Juntas de Freguesia

O STML tem intervindo em praticamente todas as Juntas de Freguesia, não deixando de acompanhar os problemas criados pela transferência de competências ocorrida em 2014.

Sabemos que persistem muitas ambiguidades, contradições e realidades distintas de freguesia para freguesia envolvendo os respetivos trabalhadores. Mas também reconhecemos que foi o processo de luta desenvolvido entre 2012 e 2014 que nos permite atualmente intervir com regularidade, proximidade e eficácia. Assumindo, claro está, que nem tudo se resolve à velocidade e com os resultados que sempre pretendemos.

Não estamos portanto perante um processo linear, simples ou definitivo. Falamos sim, de um trabalho que todos os dias é marcado por novos e velhos desafios consubstanciando obstáculos de diferentes envergaduras, mas que devemos saber ultrapassar, sempre numa base onde é imprescindível o envolvimento e a união, a confiança e organização dos trabalhadores em torno do seu sindicato, o STML.

Nesta edição destacamos negativamente o que se verifica nas Juntas dos Olivais, Benfica e Estrela. Problemas que inevitavelmente também podiam ser referenciados a outras freguesias.

Na Junta dos Olivais, há muito que se conhece o recurso abusivo aos contratos emprego-inserção (CEI), obtendo esta Junta trabalhadores ao preço da chuva. Falamos de cerca de 10 trabalhadores ao preço de um... recebem apenas 80 euros cada, valor ao qual acresce o montante do subsídio de desemprego. Ao fim de 12 meses, são descartados pelas regras do sistema criado que em nada contribui para a sua integração real no mundo do trabalho. Mão-de-obra sobreexplorada, mal paga e sem qualquer perspetiva de futuro e, obviamente, um excelente “negócio” para a Junta dos Olivais. Se não bastasse, o Executivo tem todo o seu setor operacional – espaços verdes e intervenções em espaço público – com trabalhadores a recibos verdes. A precariedade aparenta a ser bitola que orienta politicamente a freguesia presidida pela Sra. Rute Lima, à margem dos discursos bem-intencionados que nunca correspondem na prática à realidade que de facto constatamos.

Na Junta da Estrela, os trabalhadores a recibos-verdes, alguns sem qualquer tipo de contrato assinado (?!), trabalham num contexto permanente e regular, mas são tratados e considerados como trabalhadores de segunda ou de terceira. O Executivo desta Junta mantém a sua postura de não diálogo com o Sindicato, e muito menos demonstra qualquer intenção, pelo menos conhecida publicamente, de regularizar a situação contratual destes trabalhadores. Motivos mais do que suficientes que levaram o STML a intervir na sessão de Assembleia de Freguesia realizada a 9 de Fevereiro.

Na Junta de Benfica, evidenciam-se também situações várias de precariedade. Se por um lado valorizamos o facto de o Executivo ter assumido diretamente a gestão e manutenção dos espaços verdes da freguesia (evitando a prática negativa da concessão a privados), por outro, não podemos aceitar que não estejam ainda em perspetiva, claramente assumida pelo menos, a abertura de concursos públicos de admissão de pessoal para integrar estes trabalhadores no Mapa de Pessoal da Junta, sem esquecer todos os restantes que ora estão na limpeza urbana, no mercado ou em qualquer outro setor profissional. Num plano complementar, criticar as sucessivas demoras na melhoria de condições de trabalho. No novo Posto do Bairro da Boavista, finalmente inaugurado e ocupado, tem contudo pequenos melhoramentos indispensáveis, nomeadamente o que passa pela substituição das torneiras dos chuveiros, permitindo o banho e a higiene pessoal dos trabalhadores. No Posto de Silva Porto, os retoques são importantes, mas o que se exige são obras de fundo que o Executivo parece não querer assumir por agora.

Além destas Juntas, o STML reuniu com a JF de Arroios a 16 de Fevereiro e a 20 do mesmo mês com a JF do Lumiar. Aguardamos respostas, face a problemas identificados, aos pedidos de reunião com as Juntas de Alvalade, Beato, Avenidas Novas, Olivais e Belém.



## ... a Direcção Municipal da Cultura (DMC)

No passado dia 10 de Fevereiro o Sindicato reuniu com o Director Municipal da Cultura, Dr. Manuel Alves da Veiga, onde se procurou debater e esclarecer um conjunto de assuntos envolvendo os interesses dos trabalhadores sob sua alçada. Nesta reunião, foi-nos informado o seguinte:

Sobre a alienação já concretizada do Palácio dos Machadinhos, que integra hoje cerca de 120 pessoas, a transferência para novas instalações só sucederá a 17 de Junho de 2019. O STML lembrou a necessidade de articular e definir prévia e antecipadamente (com o Pelouro da Cultura e a DMRH) uma estratégia que minimize os constrangimentos deste futuro processo de mudança. Saber 'quando' é importante, mas interessa sobretudo perceber 'como e para onde' serão transferidos.

Estão em desenvolvimento as obras que procuram revitalizar as instalações do Alto da Eira, prevendo-se o seu término para Junho/Julho deste ano. Neste espaço serão reinstaladas algumas áreas de trabalho atualmente localizadas no Arquivo Municipal do Bairro da Liberdade. A sua efetiva concretização está prevista apenas para 2018.

Os trabalhadores da Videoteca (Largo do Calvário) serão transferidos para o Arquivo Municipal do Bairro da Liberdade, tendo o STML questionado se esta mudança não afetar a eficácia do serviço público que é prestado, de natureza altamente especializada, face a uma relativa diminuição em termos de centralidade geográfica que poderá condicionar o acesso dos munícipes às valências associadas à Videoteca. Ideia reforçada no plenário realizado com os trabalhadores a 23 de Fevereiro que questionam se a CML pretende acabar de vez com a Videoteca?

Fomos informados que as obras no Palácio das Galveias estão dadas por terminadas, faltando apenas pequenos ajustes. A inauguração formal está prevista para final de

Maio e os trabalhadores, dispersos por vários locais face a esta intervenção, serão novamente reagrupados neste equipamento.

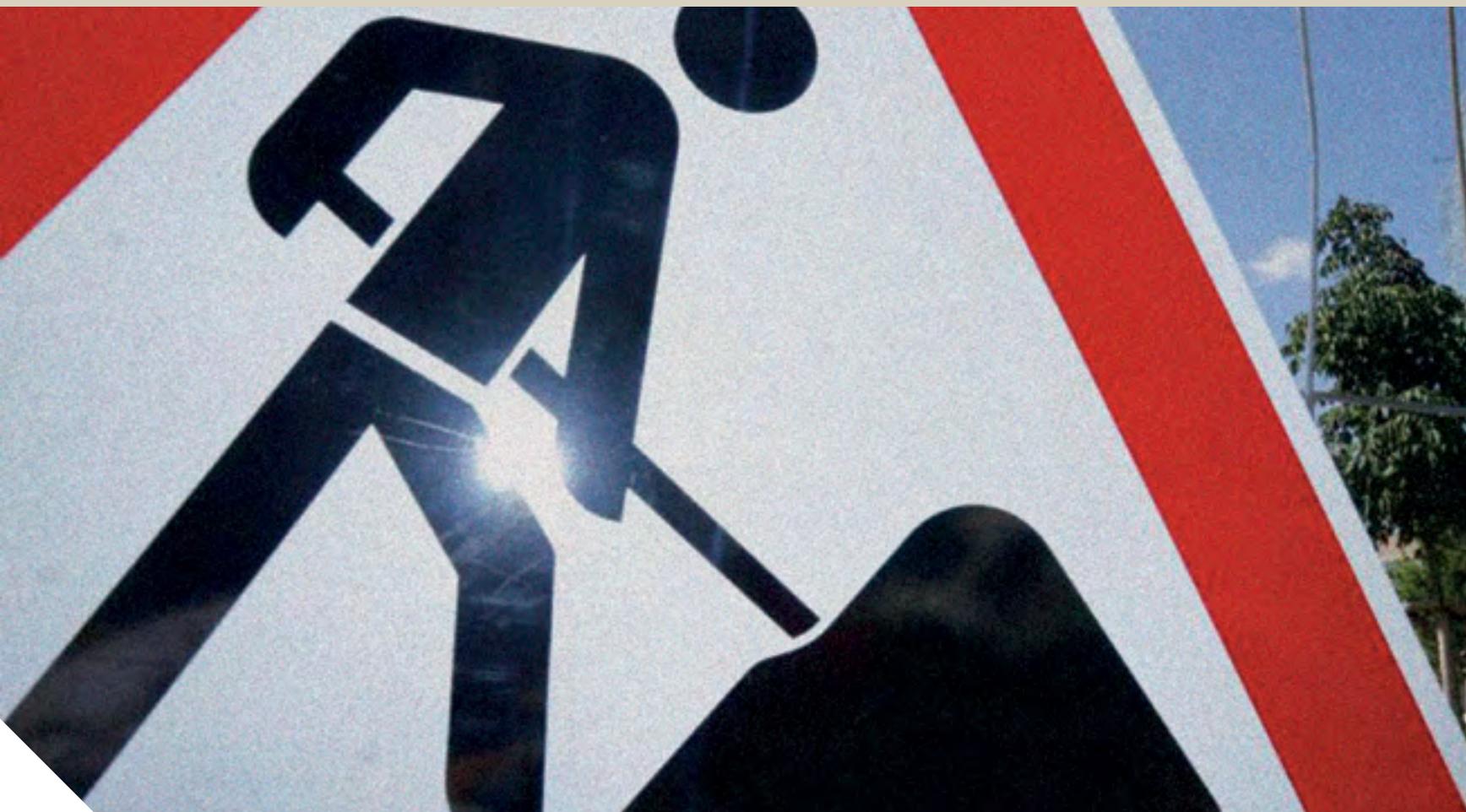
A 1 de Março estaria prevista a reabertura ao público da Biblioteca de Belém, encerrada temporariamente face à necessidade de pequenos melhoramentos.

Pretende a DMC alargar o espaço da Biblioteca da Penha de França, aproveitando as lojas contíguas nesse sentido. Este objetivo está fixado para o 1º semestre do corrente ano.

Sobre os horários de trabalho das bibliotecas, afirmam a necessidade do seu alargamento e uniformização, permitindo por esta via melhorar o acesso e usufruto das bibliotecas a todos os interessados. Contudo, a insuficiência atual em termos de recursos humanos – técnicos superiores especializados nesta área – impede no momento a concretização desta aspiração. O STML lembrou a necessidade em exigir ao Pelouro dos Recursos Humanos que assumira a decisão de abertura de concursos públicos que dê resposta às carências há muito identificadas.

Refere também o Director Municipal da Cultura, a carência a nível de assistentes operacionais que trabalham em toda a rede de equipamentos sob sua gestão, matéria que deve ser abordada, segundo o Sindicato, com a DMRH de forma a informar junto do Executivo os concursos públicos prioritários que devem ser assumidos politicamente, não apenas para reforçar o número de trabalhadores, mas também objetivando o indispensável rejuvenescimento.

O STML continuará a acompanhar as situações agora sintetizadas, além de todas as outras que envolvam os interesses e direitos dos trabalhadores da DMC, destacando em particular neste universo, o que envolve a realidade da Videoteca (situada no Largo do Calvário-Alcântara).



## ... a Direcção Municipal de Projetos e Obras (DMPO)

No passado dia 31 de Janeiro decorreu no Edifício Municipal do Campo Grande uma reunião solicitada pelo STML com a DMPO. Esta reunião não contou com a participação (por motivos profissionais) da Directora Municipal, Eng<sup>a</sup> Helena Bicho. Participaram contudo a Eng<sup>a</sup> Assunção Alves, Directora do Departamento de Infraestruturas, Via Pública e Saneamento (DIVPS), o Eng.º Miguel Fernandes, Chefe da Divisão de Saneamento (DS), o Arq.º Manuel Abílio Ferreira, Director do Departamento da Habitação e Manutenção de Edifícios Municipais (DHMEM) e a Eng<sup>a</sup> Fátima Proença, Chefe da Divisão de Manutenção de Edifícios Municipais (DMEM).

### **Sobre recursos humanos**

Começamos por abordar a falta de pessoal, problema transversal a ambos os Departamentos. Na Brigada da DMEM, sediada no Depósito de Alvalade, há uma enorme carência de Assistentes Operacionais, nomeadamente pedreiros, pintores, serventes e fiel de armazém. Há necessidade imediata da entrada, pelo menos, de dez elementos para que esta brigada possa responder às inúmeras solicitações de que são alvo, quer de natureza interna, quer externamente.

Já na DS, se na Brigada de Colectores o número de Assistentes Operacionais é agora suficiente, resultado do reforço de trabalhadores provenientes do concurso de admissão de cantoneiros de limpeza (entretanto concluído), o número de Técnicos Superiores na área de engenharia é manifestamente insuficiente, sendo urgente a abertura de um procedimento concursal de ingresso nesta carreira e especialidade concreta. Na Brigada de Colectores foram propostas duas mobilidades intercategorias para preenchimento das vagas de Encarregado Operacional.

### **Sobre instalações e equipamentos**

No que diz respeito ao seu estado de conservação, no que concerne ao Depósito de Alvalade, estão previstas obras de reparação na oficina de pintura e do sistema de detecção de incêndios. O Sindicato questionou a possibilidade da reactivação da cozinha/refeitório existente no local, atualmente subaproveitada.

Já no Edifício da Bela-Flôr, verifica-se a necessidade da instalação de uma copa devidamente equipada, bem como de um bar, uma vez que nos arredores do edifício não existe qualquer estabelecimento comercial para usufruto dos trabalhadores.

Na Brigada de Colectores, a cozinha/refeitório e os balneários/ vestiários, sofreram obras de melhoramento.

### **Outras questões**

Na DMEM critica-se a ineficácia dos telemóveis de serviço (obsoletos), uma vez que são necessários equipamentos mais avançados para o registo e envio de imagens. Observa-se também a urgência em renovar a frota disponível e específica para este serviço.

Na DS foi igualmente identificado a urgência de uma nova viatura pesada para a Brigada de Colectores.

O STML, registando estes e outros problemas que vão de encontro à realidade conhecida e agora dependentes da vontade política para os resolver, não deixamos de alertar para outras matérias cuja resolução passa mais pelas decisões a nível das chefias intermédias – Directores e Chefes de Divisão – como a criação de um stock de fardamento, cuja gestão deverá sempre considerar uma atempada e eficaz distribuição. Um problema que por exemplo, poderá resolver as dificuldades próprias da Brigada instalada no Depósito de Alvalade.



## Transferências de serviços e trabalhadores: Proteção Civil para o Monsanto e do Monsanto para a Bela-Flôr.

**A meio de Dezembro passado, na sequência da necessidade de acolher os novos elementos da Polícia Municipal, a CML assumiu a decisão de deslocar das instalações da Praça de Espanha os trabalhadores do Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC). Referir e lembrar que as instalações da Praça de Espanha foram especialmente concebidas para acolher o SMPC.**

Como oportunamente referimos, os responsáveis camarários agiram inopinadamente sem qualquer planeamento, sem ouvir os trabalhadores e as estruturas suas representantes, chegando ao ponto de estar eminente a distribuição por vários locais da cidade destes trabalhadores, pondo em causa a funcionalidade deste importante serviço municipal.

Uma rápida intervenção dos trabalhadores com o seu sindicato, o STML, veio repor a normalidade possível no processo. A CML comprometeu-se em encontrar um local onde instalar a totalidade dos trabalhadores do SMPC, com excepção dos que estão afectos ao programa “Crescer na Segurança - Casa do Tinoni”). O local encontrado pelo Executivo autárquico, foi o Complexo Municipal da Cruz das Oliveiras, no Monsanto.

O processo passou entretanto a ser conduzido pela DMRH, ficando a responsabilidade de avaliação das condições de trabalho e as necessárias intervenções, a cargo dos técnicos do DSHS. Em meados de Janeiro, conforme compromisso da CML, efetuou-se uma visita que contou com a presença dos trabalhadores do SMPC, RdT's, STML, vereação e chefias de vários serviços municipais.

Entretanto, para resolver o problema da instalação do SMPC na Cruz das Oliveiras, foi necessário encontrar solução para o realojamento dos trabalhadores do Gabinete de Projecto da Estrutura Verde (GPEV) e dos Guardas Florestais (ali também instalados desde a sua formação original).

Os Guardas Florestais passaram maioritariamente para à Praça de Espanha, partilhando espaço com a Polícia Municipal, en-

quanto o GPEV foi instalado no Edifício Municipal da Bela-Flôr. Neste espaço, visitado entretanto pelos trabalhadores, RdT's, STML, Vereação e chefias de vários serviços, foram identificadas inúmeras situações que urge corrigir, como a instalação de janelas basculantes, divisórias, entre outras. Ficaram os técnicos do DSHS de continuar a monitorizar a qualidade do ar, ruído e luminosidade, após a instalação definitiva dos trabalhadores.

O STML foi informado que decorrem obras de melhoramento nas instalações da Cruz das Oliveiras, onde será instalado o SMPC, assim como a rectificação da rede estruturada para os sistemas de informática. Há o compromisso do Vereador dos RH para quando esta fase das obras estiver terminada, ter lugar uma visita conjunta com todos os intervenientes, no sentido de se fazer uma nova avaliação antes de se processar a mudança efetiva, só se concretizando a mesma quando tudo estiver satisfatoriamente resolvido.

Neste momento a CML assume o transporte dos trabalhadores, nomeadamente aqueles que trabalham em regime de turnos, dado a escassez de transportes públicos naquela área. É também necessário salvaguardar o armazém de suporte a estes serviços, assim como a forma como vai decorrer o atendimento aos munícipes.

Foi-nos transmitido pelo Vereador João Paulo Saraiva que será constituído um grupo de trabalho multidepartamental para intervir em futuros processos de mudanças de serviços/trabalhadores. Deste grupo farão parte a DMPO, o DSI, o DO da UCT e os serviços envolvidos, sob a égide da DMRH, através do DSHS. Ao mesmo tempo serão envolvidos os trabalhadores dos serviços visados, os RdT's e as estruturas sindicais.

Congratulamo-nos com esta decisão, considerando ser uma resposta positiva a uma reivindicação do STML. O que se pretende, em suma, é evitar os erros que se sucederam a um ritmo impressionante e inadmissível nos últimos 16 meses em que, trabalhadores e qualidade dos serviços públicos prestados foram claramente prejudicados.



## **Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP): Negociações com Governo sobre a precariedade, descongelamento das carreiras, SIADAP e Tabela Remuneratória Única (TRU).**

**A FCSAP, que o STML integra, reuniu a 13 de Fevereiro com o Governo, representado pela Secretária de Estado da Administração e Emprego Público (SEAEP) Carolina Ferra.**

Esta reunião, convocada pela SEAEP, tinha como objectivo estabelecer um calendário para a discussão dos vários assuntos e problemas que afetam os trabalhadores da Administração Pública (AP), nomeadamente a precariedade (mais de 110 mil trabalhadores têm neste momento um vínculo precário).

A FCSAP começou por denunciar o não cumprimento da Lei da Negociação e do Direito de Participação dos sindicatos no processo de realização do Relatório sobre a precariedade na AP, remetido formalmente para a FCSAP apenas a 10 de Fevereiro. Neste contexto, a Frente Comum fez questão de relembrar o Governo o respeito pelo direito à negociação colectiva, desta vez totalmente ignorado.

Após esta chamada da atenção, a SEAEP apresentou o formato e a calendarização de combate à precariedade na AP, que passa, segundo o Governo, pela criação de Comissões de Avaliação Bipartidas em cada Ministério. Estas equipas evolverão supostamente as entidades empregadoras públicas, os ministérios e os sindicatos. A apresentação do Relatório e do Programa de Regularização será efetivado até 31 de Março junto da Assembleia da República, ficando a sua execução prevista no período compreendido entre Outubro de 2017 e Dezembro de 2018.

A FCSAP sublinhou que a sua participação nesta negociação é um direito constitucionalmente garantido, não cabendo ao Governo tal determinação. Será por este motivo, decisão da

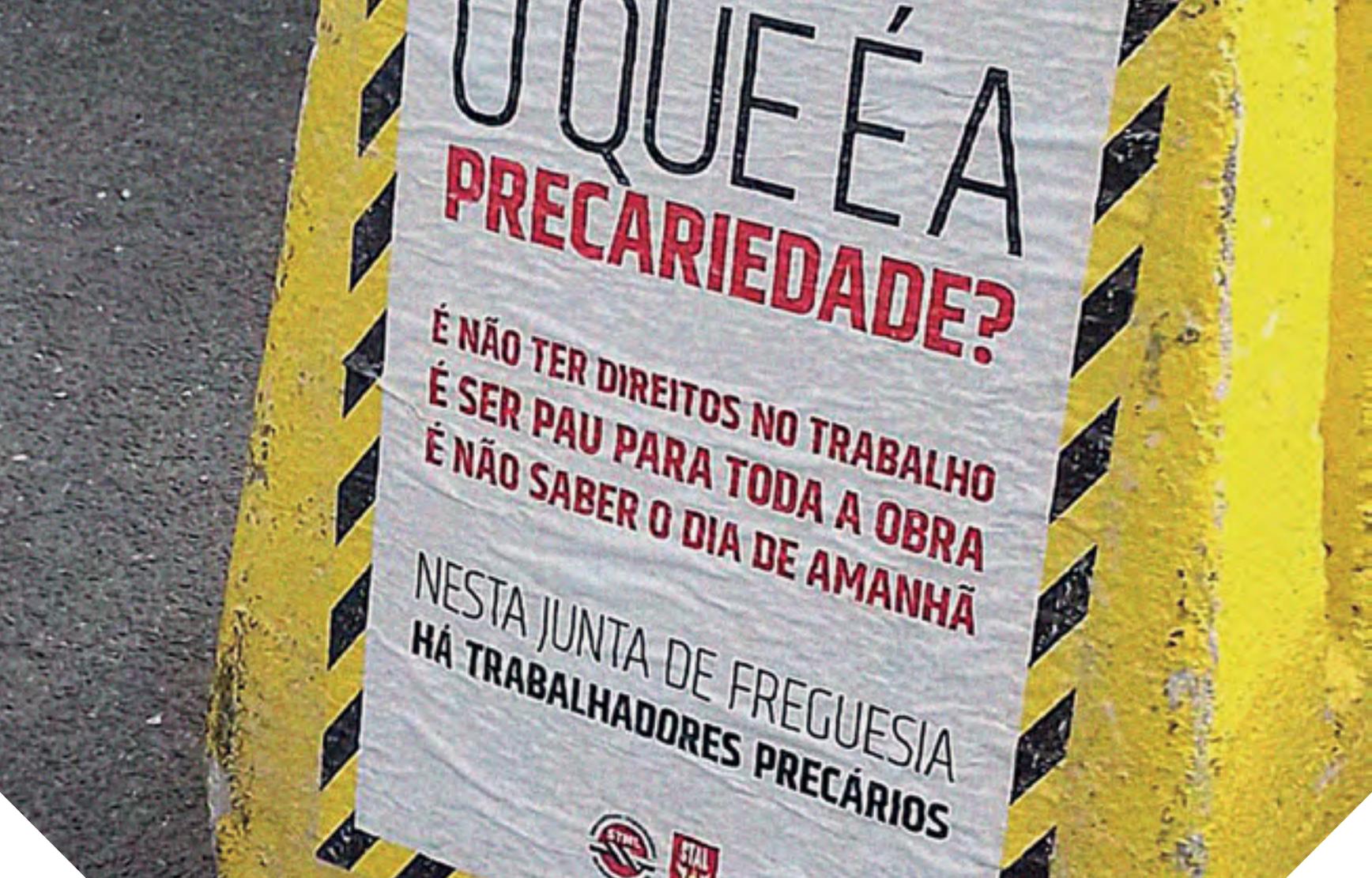
Frente Comum a forma como participará. Ficou também claro a rejeição nestas negociações da presença do Ministério do Trabalho, considerando que a discussão da precariedade dos trabalhadores da Administração Pública deve ser solucionada no contexto próprio do aparelho administrativo do Estado, quer no plano central, regional ou local.

Em relação à precariedade na AP, a FCSAP assume uma posição inequívoca, isto é, a imediata resolução dos casos identificados e há muito conhecidos. Deve neste propósito ser garantido um lugar no Mapa de Pessoal dos respetivos organismos para todos os trabalhadores que satisfazem atualmente necessidades permanentes dos serviços onde estão integrados.

Num contexto paralelo, mas não menos importante, a FCSAP referiu outras matérias que carecem de resolução urgente, como:

- A imediata valorização das posições remuneratórias nos termos do aumento do salário mínimo;
- O descongelamento das posições remuneratórias para todos os trabalhadores que reúnam condições nesse sentido;
- A reposição imediata do pagamento do trabalho suplementar nos montantes anteriores aos cortes e não apenas, como prevê o Orçamento do Estado, para alguns setores profissionais;
- A aplicação das 35 horas para os trabalhadores com contrato individual de trabalho.

Exigimos por último, que o subsídio de alimentação continue isento de tributação fiscal a partir de Agosto de 2017. Assim como a revisão urgente dos escalões de IRS de forma a diminuir a brutal carga fiscal que incide sobre os rendimentos do trabalho.



## Campanha contra a Precariedade em Lisboa

Dando continuidade à denúncia pública sobre o aumento exponencial da contratação de falsos recibos-verdes (CPS) na cidade de Lisboa, entre outras formas de precariedade que se vão evidenciando nesta ou naquela freguesia, no que tem consubstanciado uma opção política e não tanto uma inevitabilidade como muitos Presidentes ou Presidentas de Junta referem, o STML em conjunto com o STAL desenvolverem entre 20 de Fevereiro e 3 de Março, um conjunto de plenários e visitas a locais de trabalho em oito (8) freguesias, acompanhadas de colagem de cartazes nos espaços públicos mais movimentados pelas respetivas populações.

Nas freguesias da Penha de França, Belém, Olivais, Benfica, Santa Clara, Santa Maria Maior, Estrela e Arroios, procurou-se debater e sensibilizar todos os trabalhadores para a problemática da precariedade que, afetando em primeiro lugar quem nessa situação se encontra, afeta também a unidade e capacidade reivindicativa de todos os restantes.

O que exigimos, como já repetido inúmeras vezes, é a correspondência a um posto de trabalho permanente de um vínculo efetivo. As Juntas de Freguesia visadas, por terem demonstrado até ao momento, pouca ou nenhuma vontade política em abrir concursos públicos de admissão de pessoal para a regularização contratual dos trabalhadores com vínculo precário, continuarão a ser alvo da nossa Campanha. A precariedade não é apenas um problema pessoal do trabalhador sobreexplorado, extravasa também e facilmente para a esfera familiar e societal. É portanto um problema que a todos diz respeito.

Considerando que na origem do aumento exponencial dos vínculos precários está a decisão política em 2014 do então

Presidente da CML António Costa em transferir um conjunto de competências para as Freguesias sem os meios adequados à sua plena assunção, ficou decidido realizar nos Paços do Concelho a 17 de Março uma Tribuna Pública onde este e outros problemas serão denunciados publicamente.

Mas se a precariedade se instalou inegavelmente em muitas Freguesias, não é menos verdade que na própria Câmara Municipal persistem trabalhadores a recibos-verdes a desempenharem tarefas de caráter permanente, como no caso paradigmático do Departamento de Desporto (hoje Departamento de Atividade Física e do Desporto), onde perto de cem (100) pessoas, apesar de situações diferenciadas, estão enquadradas sob um qualquer tipo de vínculo precário. Outros serviços municipais apresentam realidades semelhantes, talvez não revelando “números” tão vergonhosos, mas sempre inaceitáveis.

Na própria EGEAC, banalizou-se outro tipo de precariedade, nomeadamente os contratos sazonais, os estágios e os contratos a termo, sem que o respetivo Conselho de Administração demonstre vontade séria pela integração no mapa de pessoal de trabalhadores que revelam uma indispensabilidade reconhecida por todos com quem trabalham.

São estas as realidades que traremos a público, dia 17 de Março, a partir das 14h30 nos Paços do Concelho. No sentido de permitir a presença do maior número de trabalhadores – das Juntas, Câmara e Empresas Municipais – será colocado um pré-aviso de greve das 13h00 às 21h00.

Participar na Tribuna Pública é sinónimo do total repúdio que devemos ter em relação à precariedade! As nossas vidas não são e não podem ser determinadas por um contexto a prazo.

# 8 de Março Dia Internacional da Mulher Trabalhadora



**Comemoramos, e principalmente relembramos nesta data, as persistentes desigualdades que existem entre mulheres e homens que extravasam, como todos sabemos, o mero contexto laboral. Se historicamente muito se deve valorizar face ao alcançado, sempre como o resultado de uma luta prolongada e abnegada das mulheres trabalhadoras, muito falta todavia e ainda por alcançar, também no nosso país.**

Em Portugal, é inegável situar o ponto de viragem, face a uma realidade precedente de profunda disparidade, na Revolução do 25 de Abril de 1974, cujas consequências para as mulheres trabalhadoras são indubitavelmente positivas no acesso ao campo social, económico e políticos. Podemos também destacar o materializado no texto constitucional no plano dos direitos, liberdades e garantias para todas as pessoas, independentemente do seu sexo.

Mas também não é menos verdade que, em termos mais gerais, a mulher portuguesa auferir menos salário do que o homem, apesar de desempenhar funções idênticas e demasiadas vezes ter mais habilitações ou formação académica. Por outro lado, lidera as estatísticas do desemprego, da precariedade e da exploração que sobre elas recai com maior facilidade. Suporta o que muitos referem como a “dupla” e muitas vezes “tripla jornada de trabalho”, se importarmos a esfera pessoal e familiar onde a mulher é sobre carregada e subvalorizada em relação ao seu companheiro masculino.

Muito falta ainda por construir para efectivar plenamente o plasmado na Constituição da República Portuguesa. Muita luta será decisiva desenvolver e aprofundar até chegarmos na prática ao que a teoria já defende. No âmbito das celebrações, nacionais e internacionais,

que se repetem há 107 anos, o STML realizou um encontro dirigido às mulheres trabalhadoras associadas do STML no Teatro Municipal São Luís (no espaço Jardim de Inverno), onde foi possível debater e trocar ideias, vivências e experiências com todas e todos aqueles que não recusaram participar nesta iniciativa. Houve também lugar ao já tradicional ‘momento cultural’ com a atuação de um grupo musical que animou e alegrou quem não se inibiu de o fazer.

O STML não deixou ainda de apelar à Manifestação Nacional das Mulheres, subscrivendo o apelo do MDM (Movimento Democrático das Mulheres), que se realizou a 11 de Março, com concentração às 15h00 no Rossio.

A luta por uma sociedade mais justa, humana e solidária só será possível alcançar quando homens e mulheres sejam encarados como seres humanos que, à margem do sexo e das suas especificidades, não os impeça de participar, num plano real de igualdade, no acesso e exercício objetivo dos mesmos direitos, liberdades e garantias.

A proclamação da Clara Zetkin de 1910 não perdeu atualidade! A luta das mulheres trabalhadoras, a nossa luta, continua com a força de todas e todos! Juntos por uma sociedade mais progressista, por um país mais desenvolvido enquanto realidades inseparáveis.

**Viva o 8 de Março,  
Dia Internacional da Mulher Trabalhadora!**



## Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores a 28 de Março!

À semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, a CGTP-IN/Interjovem realizará uma Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores no dia 28 de Março, com início pelas 14h30 na Praça da Figueira. Será o momento de reafirmação das bandeiras de luta da juventude e das suas reivindicações.

Não remetendo para segundo plano a luta que tem vindo a ser travada pelo Movimento Sindical Unitário contra o flagelo social que representa a precariedade, que os jovens sentem de uma forma mais intensa, considerando que neste momento a CGTP-IN está a desenvolver uma campanha nacional dirigida sobre este tema, e que será certamente também uma das maiores bandeiras que os jovens empunharão nesta acção, outras reivindicações existem que nos levam a querer erguer a nossa voz, bem alto, na manifestação de dia 28 de Março.

É um objetivo prioritário de todos os trabalhadores, também dos mais jovens, inverter a política seguida nos últimos 40 anos da Democracia portuguesa. Uma política que tem alimentado lucros astronómicos para especuladores e exploradores, em correlação indelével com a retirada de direitos e rendimentos a quem vive exclusivamente, ou viveu, da sua força de trabalho.

Na Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores no dia 28 de Março, combateremos também as normas gravosas da legislação laboral, os baixos salários, os horários desregulados, as discriminações de que os jovens são alvo, nomeadamente no acesso ao emprego e nas remunerações.

Defenderemos o direito ao trabalho com direitos, o aumento geral dos salários, a assunção de medidas para uma melhor conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar, pelo alargamento dos direitos de parentalidade e pela contratação colectiva, eixo fundamental para a afirmação e conquista de direitos por parte dos jovens trabalhadores.

Ao mesmo tempo defenderemos os direitos consagrados na Constituição de Abril. Para muitos jovens portugueses, um texto sem correspondência na prática, sem contudo, deles abrir mão. Referimo-nos do direito ao Emprego, à Habitação, à Educação, à Saúde, à Segurança Social, à Justiça, à Cultura ou ao Desporto e, essencialmente, ao direito de sermos felizes no nosso País.

Exigimos por isso ao atual Governo, a implementação de políticas que garantam o nosso bem-estar, que travem a onda migratória, fazendo regressar inclusive muitos dos que foram obrigados a sair na procura por uma vida melhor!

O STML colocará um pré-aviso de greve das 13h00 às 21h00 no sentido de permitir a participação do maior número possível de jovens trabalhadores do município de Lisboa, isto é, da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais.

Dia 28 de Março, às 14h30 na Praça da Figueira! Junta-te a nós na luta que também te diz respeito. O futuro é nosso! O tempo de o construir é hoje.

# Lembrar Abril, sempre!

**43 anos depois, é preciso lembrar Abril. Porque, comemorar Abril é lembrar a Revolução, as profundas transformações que, uma vez conquistada a liberdade, alteraram por completo o nosso país. Ao vencer o fascismo, Portugal adquiriu soberania em relação ao imperialismo e permitiu um conjunto de conquistas políticas, económicas, sociais e culturais sem paralelo na nossa história.**

Abril é a celebração das conquistas revolucionárias que abriram as portas a uma nova vida e colocaram os portugueses no caminho da liberdade. A recuperação capitalista e imperialista que, após várias tentativas frustradas de golpes militares, acabou por vencer e impor-se, num processo longo, mas sempre dificultado por aqueles que lutaram e continuam a lutar pelos valores e ideais de Abril, destruiu a maior parte das conquistas obtidas no processo revolucionário. Mas são essas conquistas que importa lembrar e comemorar ano após ano, em nome dos muitos portugueses que, mesmo não tendo a memória vivida desse tempo, partilham a vontade de defender a liberdade, os direitos e a justiça social e continuar a lutar por valores progressistas.

A construção do país de Abril por militares revolucionários e pelo povo trabalhador, que partilhavam esperanças, objetivos e uma mesma vontade de transformação foi determinante para os avanços que a Revolução trouxe até 1975. Posteriormente, deu-se a quebra dessa aliança e assim, paulatinamente, permitiu-se o retrocesso, o aniquilamento de algumas das conquistas fundamentais e o caminho que levou à dramática situação que hoje vivemos. Não temos fascismo, mas, de novo, com maior incidência na última década, ressurgem focos graves de miséria e fome, um crescimento alarmante do desemprego e da exploração, com direitos destruídos e uma economia à beira da falência, vítima de uma crescente subserviência ao capital e ao imperialismo.

Democratizar, Descolonizar, Desenvolver inscreviam-se no Programa do MFA. Os chamados três Dês impunham uma estratégia antimonopolista, capaz de destruir o fascismo e de lhe retirar as bases de comando económico que estrangulavam o país. As preocupações de justiça social não eram compatíveis com a exploração desenfreada que o fascismo não só permitia como promovia. E os monopolistas e seus lacaios, profundamente ligados ao regime que os concebera e acarinhara, tudo fizeram para entravar o passo à Revolução.

Não foi um caminho fácil o de impor os desígnios de Abril. Como se dizia, à época, “cada decreto capaz de demolir o edifício do fascismo é um decreto revolucionário”. Mas conquistas houve que não esperaram por formalidades legalistas, avançando o povo trabalhador no seu cumprimento buscando construir um país novo alicerçado num plano mais elevado de justiça.

E sucederam-se as grandes conquistas, como a Reforma Agrária, com os trabalhadores rurais do Alentejo e do Ribatejo a avançarem para os latifúndios onde sempre haviam trabalhado, fazendo as terras, agora suas, frutificar para o país e libertando o trabalho da exploração. Vieram as nacionalizações e o controlo operário, resposta revolucionária à sabotagem económica, que permitiu aos portugueses deter as alavancas fundamentais da economia, fiscalizada agora pelos trabalhadores.

Abril respondeu à urgente necessidade de paz e de justiça com a descolonização. Terminava assim a longa guerra no ultramar e era reconhecida aos povos das colónias o direito à imediata independência. Entretanto, ao mesmo tempo que avançava o saneamento do aparelho de Estado fascista preparava-se a Constituição da República e a institucionalização das várias instâncias do novo poder democrático.

Foram muitas, como escreveu Ary dos Santos, “as portas que Abril abriu”. Infelizmente, muitas foram sendo fechadas mas, acreditamos, cabe a cada um de nós voltar a abri-las, em nome de um país mais livre, mais justo e mais fraterno. 25 de Abril, sempre!



### 8.ª Conferência Nacional da Inter-Reformados (IR) / CGTP-IN

A 10 de Fevereiro, a IR realizou a sua 8.ª Conferência Nacional no Olaias Park Hotel, num auditório repleto com centenas de delegados e convidados de todo o país. Iniciou-se com a exibição de vídeo alusivo à luta sindical dos reformados e um momento cultural com o grupo musical “Cais da Saudade”.

Sob o lema “Sindicalizados sempre, no trabalho e na reforma - Reforçar a organização, fortalecer a participação”, foram discutidos e aprovados documentos essenciais à vida desta organização e ao prosseguimento da luta dos reformados: Relatório de Actividades, Regulamento da IR, Organização Sindical dos Reformados e Carta Reivindicativa.

A Carta Reivindicativa\* inclui um conjunto de reivindicações imediatas, destacando-se:

Aumento de todas as pensões de velhice e invalidez; revogação do factor de sustentabilidade; direito de acesso à reforma antecipada, sem penalização, para os trabalhadores com 40 ou mais anos de carreira contributiva, independentemente da idade; reforço da Segurança Social, com novas formas de financiamento, contra quaisquer medidas que visem o seu enfraquecimento e privatização; serviços públicos universais e de qualidade; fim da obrigatoriedade de acesso a documentos oficiais exclusivamente por via eletrónica; salvaguarda e reforço do SNS, com médico e enfermeiro de família para todos; aumento das comparticipações nos medicamentos para reformados e pensionistas com pensões inferiores ao SMN; manutenção da ADSE no sector público e reposição do desconto de 1,5%, referente a 12 meses; reforço da fiscalização das instituições de apoio a idosos e dependentes; concessão ou a reposição de desconto para idosos – em, pelo menos, 50% – em todos os tipos de transportes colectivos.

Foi eleita a nova Direcção Nacional para o mandato de 2017/2021, com 35 elementos, dos quais 16 são novos. A Direcção é reforçada com a participação de 3 novos Sindicatos e

de 2 novas Uniões. O STML passará a estar representado pelo camarada António Rocha.

Por parte do STML, participaram 6 membros da Direcção e da Comissão de Reformados, que apresentaram saudações à Conferência.

A Conferência foi encerrada com uma estimulante intervenção do Secretário-Geral da CGTP/IN, Arménio Carlos, que destacou o papel da IR na luta sindical dos reformados, solidária com os trabalhadores no ativo, pela recuperação e conquista de direitos.

#### Atividade sócio cultural

Em Janeiro, a Comissão de Reformados foi guiada por Teresa Carneiro na visita ao Panteão Nacional, magnífico monumento erradamente mencionado, muitas vezes, como igreja. Da autoria do arquiteto João Antunes, a sua construção demorou mais de dois séculos e meio, mas resistiu praticamente incólume ao terramoto de 1755.

Subindo ao terraço, construído à volta da cúpula, desfrutámos ainda de uma deslumbrante vista panorâmica sobre a cidade.

Em Fevereiro, ao visitarmos o Museu Geológico, pudemos apreciar, além do seu valioso acervo científico e museológico, a evolução do Homem e das suas tecnologias desde o Paleolítico.

Para o redobrado interesse com que os participantes percorreram as coleções de Paleontologia, Estratigrafia, Arqueologia e Mineralogia em muito contribuiu a forma como foram acompanhados por José António.

Nota\* - O texto completo da Carta Reivindicativa encontra-se em: [http://www.cgtp.pt/images/images/2017/02/cartareivindicativa\\_inter-reformados\\_2017.pdf](http://www.cgtp.pt/images/images/2017/02/cartareivindicativa_inter-reformados_2017.pdf)



## Apesar dos sinais positivos, é preciso ir mais além!

Os dados publicados em fevereiro pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) indicam que em 2016 o desemprego recuou e o emprego aumentou. Sendo de registar a redução do desemprego, constata-se que ainda há muito a fazer para pôr termo a um flagelo que continua a fustigar um número alarmante de trabalhadores.

Olhando para os números recentemente apresentados, e no que respeita ao crescimento do emprego, verifica-se que o valor do aumento se mantém muito aquém do necessário e possível. Como frisou a CGTP, “em 2016 foram criados somente 56,5 mil postos de trabalho em termos líquidos, o que significa um aumento de apenas 1,2% em termos anuais, sendo que entre os jovens dos 25 aos 34 anos houve uma diminuição de 2%, fazendo com que muitos continuem a recorrer à emigração”.

Outro dado alarmante verifica-se na contínua degradação da qualidade do emprego. No ano de 2016 havia, segundo os dados do INE, 844 mil trabalhadores com vínculos precários, correspondendo a 22,3% dos assalariados. Porém, estima-se que o número real será superior a 1 milhão. O facto de 4 em cada 5 novos contratos serem precários, está na origem de mais de 43% das novas inscrições nos centros de emprego. Acresce que a precariedade, afetando trabalhadores de todas as idades, continua a ter uma maior incidência (66%) sobre trabalhadores mais jovens.

Quanto à taxa de desemprego global, em 2016, fixou-se nos 11,1%. De acordo com os dados divulgados, no quarto trimestre a taxa foi 10,5%, valor que se manteve inalterado face ao do trimestre anterior e inferior em 1,7 pontos percentuais ao do trimestre homólogo de 2015. Em termos de média anual, a taxa de

desemprego situou-se em 11,1% em 2016, o que representa uma diminuição de 1,3% em relação a 2015. A taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos) situou-se em 28,0%, menos quatro pontos percentuais do que em relação ao ano anterior.

Neste quadro, e apesar de um ligeiro decréscimo do desemprego de longa duração, tal flagelo continua a atingir 62% dos trabalhadores, o que aliado ao esgotamento do tempo de atribuição das prestações de desemprego faz com que a taxa de cobertura tenha diminuído novamente em 2016. “Esta quebra é também resultado de mudanças legislativas de 2012 que cortaram os tempos máximos de atribuição e que não foram até agora alteradas. Com efeito, é preocupante que menos de 28% do número real de desempregados beneficie de proteção no desemprego, quando em 2011 a mesma percentagem era de 33% e já nessa altura era claramente insuficiente”, sublinha a CGTP na sua apreciação aos dados.

Relembremos que, no Orçamento do Estado para 2017, o Governo estimava que a taxa de desemprego se fixasse em 11,2% em 2016 e que baixasse para os 10,4% este ano. Para que estes números se venham a verificar e continuem a recuar, continuamos a apontar que o caminho para a resolução do problema do desemprego é indissociável da rutura com o modelo de baixos salários e trabalho precário. Ao combater estes flagelos, será certamente possível proceder à implementação de uma política que invista na produção nacional, na distribuição da riqueza, no aumento da procura interna, no crescimento sustentado da economia e na criação de emprego estável, seguro e com direitos. Assim, estarão garantidos sustentáculos a uma redução bem mais significativa do desemprego em Portugal.



## **1º de Maio – Dia Internacional do trabalhador. Valorizar o trabalho e os Trabalhadores!**

A luta dos trabalhadores deu um importante contributo para a nova situação política no país! Mas os problemas laborais e sociais, que subsistem, exigindo uma resposta mais célere e vigorosa do Governo, implicam que a luta se mantenha e se aprofunde, enquanto factor decisivo para repor e conquistar direitos, permitindo construir uma verdadeira alternativa à política miserabilista imposta ao longo das últimas décadas.

Nos últimos cinco anos foi a luta dos trabalhadores que tornou possível o que parecia impossível: a derrota do Governo PSD-CDS e das suas políticas; a reversão dos cortes nos salários, nas pensões e nos direitos; a reposição de rendimentos e de direitos, mesmo aquém do necessário é certo.

O momento político, económico e social que vivemos implica uma forte participação dos trabalhadores e dos Sindicatos da CGTP-IN na exigência de uma política que assegure a renegociação da dívida, rompa com o Tratado Orçamental e as normas gravosas da legislação laboral e promova a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Não deixando de valorizar a recuperação e reposição de salários, rendimentos e direitos obtidos pela pressão e luta organizada nos seus vários níveis e intensidades, consideramos que é preciso que o Governo do PS vá mais longe. A realidade confirma a necessidade de dar passos firmes e consequentes no combate aos interesses instalados e na resposta às reivindicações dos trabalhadores, à precariedade e na valorização do trabalho, enfrentando constrangimentos externos e o grande capital, rompendo com a política que aprofundou a exploração e o empobrecimento.

O 1.º de Maio e as ações de rua que lhe dão corpo, têm que revelar uma grande força reivindicativa, fazendo deste dia uma jornada de luta ímpar e determinante, em particular a manifestação que do Martim Moniz à Alameda se realizará e que pode envolver os trabalhadores do município de Lisboa. Iniciativa que deverá expressar as suas legítimas aspirações e reivindicações concretas, suportadas pelos cinco eixos da acção prioritária da CGTP-IN:

- O aumento geral dos salários e uma nova política fiscal;
- A Campanha Nacional contra a precariedade, pelo emprego com direitos;
- A alteração das normas gravosas da legislação laboral nos sectores público e privado;
- A dinamização da contratação colectiva, só possível com a revogação da caducidade e a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável;
- A defesa e melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, nomeadamente com o respeito pelos direitos dos trabalhadores destes sectores.

O STML apela assim à participação de todos os trabalhadores do Município – Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais, que participem na Manifestação do 1.º de Maio, com início às 15h00 no já referido Martim Moniz.

Na Alameda, teremos, como já é tradição, um espaço próprio do Sindicato. Um ponto de encontro onde impera a amizade, camaradagem e confraternização.

**Todos ao 1.º de Maio! Contamos contigo!**